

**ALFABETIZAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS
DESENVOLVIDAS EM UMA ESCOLA PRIVADA EM BOA VISTA –
RORAIAMA.¹**

Rosane da Rosa Peres

Resumo:

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a continuidade no processo de alfabetização e letramento quando a criança conclui a pré-escola e ingressa no Ensino Fundamental. Considera-se fundamental valorizar o conhecimento que os alunos trazem para então trabalhar os conhecimentos sistematizados e construídos pela humanidade. Ressalta-se que não há como se apropriar da leitura e da escrita desconsiderando o letramento, para isso, o referencial teórico mostra ideias de estudiosos sobre o tema que serviram de base para analisar os dados levantados. A entrevista foi realizada com seis professores que atuam na alfabetização, em Boa Vista/RR. Ainda há muita incoerência entre as falas destas professoras sobre o tema e, com isso, entende-se que é preciso aprender muito sobre o processo de alfabetização e letramento.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Educação.

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo os educadores conceberam a ideia tradicional sobre o processo de alfabetização, cultivou-se a teoria de que a linguagem escrita se denominava apenas como um código de transcrição da fala. A criança era vista como agente passivo no processo de construção do conhecimento e recebia passivamente todas as informações sem interferir no processo, o professor, por sua vez, ocupava a posição de profissional que sabia todas as coisas e não necessitava de interferência externa.

Os anos passaram e muito se aprendeu sobre o processo de alfabetização, a legislação se adequou aos novos tempos, entretanto, as antigas práticas ainda acontecem. A presente pesquisa buscou identificar como ocorre a continuidade do

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso Licenciatura em Pedagogia, da Universidade do Sul de Santa Catarina, sob orientação do professor Dr. Jorge Alexandre Nogared Cardoso, no primeiro semestre de 2020.



processo de alfabetização em uma escola particular no município de Boa Vista, no estado de Roraima, e sugerir ações que contribuam com o trabalho docente.

Com base no objetivo geral, foram definidos os objetivos específicos de verificar quais são as expectativas em relação à pré-escola e ao Ensino Fundamental que permeiam as falas dos professores e identificar por meio dos depoimentos dos mesmos, se as atividades desenvolvidas na Pré-Escola estão coerentes com as que são desenvolvidas no 1º ano do Ensino Fundamental, além de analisar se os professores do 1º ano do Ensino Fundamental preocupam-se em realizar avaliações de diagnóstico da aprendizagem com seus novos alunos.

Para compreender o tema de pesquisa foram definidas algumas questões norteadoras: Quais as principais funções sociais da escola? O que é alfabetizar? O que é letrar? Quais as expectativas dos professores em relação à pré-escola e ao 1º ano do Ensino Fundamental? As atividades que os professores afirmam desenvolver na Pré-Escola são coerentes com as do Ensino Fundamental? Os Professores do 1º ano preocupam-se em conhecer a aprendizagem que seus alunos já possuem em relação à alfabetização e letramento? Quais as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento do processo de alfabetização?

Neste contexto, a pesquisa realizada foi de abordagem qualitativa, através de observações realizadas na escola e questionários que foram respondidos pelos professores. Em virtude do atual cenário mundial em que vivemos, com o isolamento social, por conta da Covid-19, as pesquisas em campo ficaram prejudicadas, visto que as escolas estão com suas portas fechadas e isso dificultou o avanço do estudo.

A seguir será apresentada a fundamentação teórica que embasou a análise dos dados pesquisados, seguida pela discussão dos resultados e conclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No Brasil, historicamente, a idade mínima para ingressar na escolarização, durante muito tempo, foi de sete anos. Em função das mudanças trazidas pela Lei de

Diretrizes e Bases, a obrigatoriedade passou para seis anos e assim, aumentou o período de duração do Ensino Fundamental, de oito para nove anos. A lei nº 9.394/1996 estabelece o Ensino Fundamental obrigatório de oito anos, com iniciação aos sete anos de idade; por meio de seu Art. 32, “O Ensino Fundamental terá duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito”. A lei nº 11.114/2005, que altera a lei 9.394/1996 tornou obrigatório o início do Ensino Fundamental, aos seis anos de idade, e por fim, a lei nº 11.274/2006, que instituiu o Ensino Fundamental de nove anos de duração com inclusão das crianças de seis anos de idade.

A mudança principalmente na idade de ingresso da criança no Ensino Fundamental trouxe grandes desafios às escolas e aos educadores, como escreve Barreto:

Dimensionar a complexidade e sua implantação, apontando aspectos da estrutura e funcionamento das escolas, do currículo, da formação e envolvimento dos professores nas mudanças pretendidas, da participação dos pais e de outros atores, enfim, da cultura da escola, que são profundamente afetadas [...] um confronto que tradicionalmente tem faltado de modo dominante a organização escolar. (2004, p.15).

Apesar de essas mudanças terem acontecido há um bom tempo, ainda se discute o que realmente mudou a Educação Infantil ou o Ensino Fundamental?

Saber ler e escrever por muitos anos aqui no Brasil era o sonho da maioria da população que até então, na sua maioria, era excluída do processo de ensino e aprendizagem. Por longos anos foram desenvolvidos programas e projetos que pudessem erradicar do país a marca do analfabetismo, pois aprender a ler e a escrever era um privilégio para poucos.

Hoje, em pleno século XXI, ainda temos muito que caminhar e conquistar. Embora o acesso à educação seja um direito garantido nas leis nacionais, muitas pessoas passam pela escola e saem sem saber ler e escrever como deveriam, os chamados “analfabetos funcionais” isso tudo em virtude de uma série de fatores socioculturais e econômicos que interferem diretamente no processo de escolarização.

Não há dúvida quanto à importância da alfabetização, tudo fica mais difícil para quem não sabe ler e escrever, desde a leitura de uma simples receita culinária à



capacidade de mobilidade social, como saber identificar o seu ônibus por exemplo. Além dessas situações cotidianas, temos também a questão do mercado de trabalho que a cada dia torna-se mais exigente e é implacável com pessoas com pouco ou nenhum preparo intelectual. Sem saber ler ou escrever, as pessoas estão à mercê de uma sociedade que exclui e discrimina os menos preparados, privando-os de viver plenamente a sua cidadania. É preciso muito mais do que alfabetizar, se faz necessário saber ler o mundo.

Dessa forma, entra em jogo a questão do letramento. Não que seja algo novo, nem tampouco é um tipo de método. É uma palavra que dá novo sentido ao processo alfabetizador. Por isso, é emergencial estudar e compreender seus significados, pois até um tempo atrás, era um conceito pouco discutido.

Segundo Ferreiro (1999, p.44-7), é preciso compreender bem o que significa alfabetizar e letrar, pois implica o domínio de algumas propostas fundamentais sobre o processo de alfabetização inicial, como: restituir à língua escrita seu caráter de objeto social, pois todos na escola podem produzir e interpretar escritas, cada qual em seu nível, desde que lhes sejam oportunizadas situações desafiadoras em que possam interagir com a língua escrita, nos mais variados contextos.

Destaca-se ainda que o letramento propicia condições para que o educando se aproprie dos conhecimentos científicos, tornando-se capaz não só de ler e escrever, mas também de iniciar a construção de novos conhecimentos de acordo com sua realidade.

Na procura da solução para as dificuldades no processo de alfabetização, muitos educadores começam a defender a importância do letramento como ponto chave no processo de apropriação da leitura e da escrita. Há um entendimento geral de que letramento refere-se à prática social da leitura e da escrita e se junta ao conceito de alfabetização no sentido de compreender, não apenas a dimensão do processo de apropriação do código da escrita, mas de suas consequências na vida social.

De acordo com Ferreiro (1999), de todos os grupos populacionais, as crianças são as mais facilmente alfabetizáveis e estão em processo contínuo de aprendizagem, enquanto que os adultos já fixaram formas de ação e de conhecimento mais difíceis de modificar. Contudo, mesmo entre os grupos de crianças sabe-se que:



Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita. (FERREIRO, 1999, p.23)

Pode-se dizer então que a compreensão e a concretização do processo de alfabetização vão muito além dos métodos de ensino. Muitos fatores determinam uma compreensão maior ou menor da língua escrita como sistema. Por isso, a maioria das crianças, de acordo com a idade, já chegam à escola com suas hipóteses de escrita, com movimento em direção às características da escrita, vistas nos textos socialmente significativos, por exemplo, a criança reconhece rótulos de produtos por ela consumidos, levando-as a construírem por si próprias, estratégias e hipóteses cada vez mais relevantes para a elaboração de leitura e escrita.

As concepções e imagens que as crianças vão formando dos vários tipos de textos, de suas partes, de suas organizações espaciais no papel e de suas características discursivas, exercem um papel fundamental na escrita de seus próprios textos. É interessante perceber a criança buscando e descobrindo diversas maneiras de representar sua escrita. As estratégias utilizadas por ela vão se redesenhando de acordo com a transformação em que se operam tanto no seu aprendizado como no objeto em que se está aprendendo.

Conforme comenta Ferreiro (1999), a linguagem escrita, por razões históricas, transformou-se em um objeto de propriedade da escola, instituição responsável pela transmissão dos conhecimentos às novas gerações. Por isso, as instituições de ensino necessitam superar urgentemente a metodologia de alfabetização, evitando tratá-la como simples atividade que tem fim em si mesma, destituída de suas significações e das funções que justificam a leitura e escrita como objetos socioculturais.

Na abordagem sociointeracionista, o processo de aprendizagem é entendido como apropriação e reelaboração do conhecimento historicamente construído. Nessa visão, aluno e professor devem apropriar-se daquilo que é patrimônio coletivo da humanidade e, a partir daí, na interação entre as demais pessoas e de acordo com o



momento histórico em que vivem, seguem (re)elaborando e (re)construindo novos conhecimentos. (VYGOTSKY, 1989).

Com estes pressupostos, o autor defende a ideia de que a participação do professor é importante para a aprendizagem da língua escrita, pois implica no domínio e desenvolvimento de funções mentais superiores, tais como a memória, a atenção, a percepção e a própria linguagem. (VYGOTSKY, 1989).

Vygotsky destaca também a importância do papel do professor, que além de mediador do conhecimento, é aquele que planeja, organiza e propõe desafios aos alunos de modo que estes se apropriem significativamente do conhecimento. Por essa razão, a linguagem deve ser praticada por meio de atividade em que participam alunos e professores. Essa prática deve ser utilizada pelos professores, pois a apropriação da linguagem escrita e falada não pode ficar restrita a exercícios repetitivos.

Segundo Monte (2004), nesse processo de alfabetização e letramento, alunos e professores são parceiros, já que ambos precisam desenvolver ações coordenadas e compatíveis com o processo, para assim alcançarem resultados produtivos. Essa é uma peculiaridade da atividade educativa: o aluno não deve ser tomado como objeto passivo, inanimado, a ser transformado pela ação de alguém. Ele é um sujeito dotado de personalidade, consciência de si, afetividade, vontade e, portanto, tem a necessidade de se desenvolver em condições concretas e sociais de vida. Nesse sentido, o aluno é um sujeito ativo, podendo se tornar capaz de assumir, juntamente com o professor, a direção de sua própria aprendizagem.

Um dos desafios que se coloca hoje aos professores é trabalhar na perspectiva da alfabetização e do letramento, de forma a assegurar uma ação pedagógica coerente e adequada à contemporaneidade. Isso possibilitará ao aluno a apropriação do sistema linguístico e a plena condição do uso da língua nas práticas sociais de leitura e escrita e das diferentes linguagens produzidas culturalmente.

O papel do professor é o de condutor do processo, de mediador, atuando na zona de desenvolvimento proximal. Sua intervenção é direta, pois deve ajudar a criança a avançar. O professor acompanha cada aluno para auxiliá-lo na superação das dificuldades. E quando se trabalha diretamente com o conceito de desenvolvimento



proximal, é o professor que precisa conhecer o desenvolvimento real da criança, mas não pode parar por aí. É pelo auxílio direto, com explicações, pistas e sugestões, que o aluno avança, consolidando o desenvolvimento que era apenas potencial. (REGO, 1999).

Ainda com base nos desafios pedagógicos reservados, principalmente, ao professor, no processo de alfabetizar letrando, ressalta-se o respeito à heterogeneidade, às diferenças e necessidades individuais dos alunos e a consideração do erro, na elaboração da escrita, como inerente ao processo de construção textual.

Para Soares, é imprescindível alfabetizar letrando, pois ambos se complementam:

Alfabetizar letrando ou letrar alfabetizando pela integração e pela articulação das várias facetas do processo de aprendizagem inicial da língua escrita é sem dúvida o caminho para superação dos problemas que vimos enfrentando nesta etapa da escolarização; descaminhos serão tentativas de voltar a privilegiar esta ou aquela faceta como se fez no passado, como se faz hoje, sempre resultando no reiterado fracasso da escola brasileira em dar às crianças acesso efetivo ao mundo da escrita. (2003, p. 12)

Assim sendo, registra-se que a alfabetização é a base de todo o processo de ensino-aprendizagem. Fica a certeza de que o processo de alfabetização vai muito além de decodificar símbolos, signos, ele envolve a história de vida, a história social, a visão de mundo. Alfabetizar tem, pois, um sentido muito maior que deve ser levado em conta para então superar a fragmentação, a decoreba e tornar a escola um oásis de saber.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Um dos grandes desafios das escolas passa fundamentalmente pela mudança da práxis educativa, pela forma de planejar, interagir e agir nos espaços. O primeiro passo é a leitura do contexto, o olhar sobre a realidade dos educandos, suas necessidades e possibilidades de se posicionar e intervir no mundo. Sem conhecer esta realidade não há como alfabetizar, não há como trabalhar numa perspectiva emancipatória. Por isso, nesta pesquisa busquei levantar alguns dados junto aos professores que atuam com os processos de alfabetização e letramento, tendo em vista o que pensam e de que forma

acontece a continuidade desses processos junto às crianças que saem da Educação Infantil e ingressam no primeiro ano do Ensino Fundamental.

Os educadores entrevistados são todos do sexo feminino, com idade entre 23 e 47 anos, que passarão a ser identificadas como Professoras E1, E2 e E3, as que atuam no último ano da Educação Infantil, já as profissionais que trabalham no primeiro ano do Ensino Fundamental serão citadas como professoras F1, F2 e F3. No quadro abaixo podemos observar a qualificação profissional e o tempo de atuação no magistério de cada uma dessas professoras envolvidas. Apenas duas delas atuam há mais de dez anos, enquanto que as demais variam entre 2 a 5 anos. A maioria possui o curso de graduação em pedagogia, sendo que apenas duas não são Pós-Graduadas, como podemos observar:

Quadro 1: Perfil profissional das entrevistadas

Prof.	Graduação	Pós Graduação	Experiência profissional
E1	Pedagogia	Educação infantil e Séries Iniciais	Mais de 10 anos
E2	História	-	Mais de 10 anos
E3	Pedagogia	Ênfase em Educação Inclusiva	Entre 5 a 10 anos
F1	Pedagogia	-	Entre 2 a 5 anos
F2	Pedagogia	Alfabetização e Letramento	Entre 2 a 5 anos
F3	Pedagogia	Psicopedagogia, Gestão, Orientação e Supervisão Escolar	Mais de 10 anos

Fonte: Organizado pela autora, 2020.

Os professores, de modo geral se perguntam, que competência, conceitos e habilidades devem ser desenvolvidos nos primeiros anos na escola, e se é certo ou não alfabetizar as crianças na Educação Infantil? Para responder a essas e outras dúvidas é importante saber claramente o que de fato se entende por processo de alfabetização. O que é alfabetizar e o que é letrar.

De acordo com Magda Soares, professora e pesquisadora da educação, a diferença entre alfabetiza e letrar está no domínio que o sujeito tem sobre a leitura e escrita. O sujeito alfabetizado sabe ler e escrever, porém pode estar pouco habituado a usar essas habilidades no seu cotidiano. Já o indivíduo letrado, possui domínio da leitura e da escrita nas mais diversas situações e práticas sociais.

Nesse sentido procurei saber o que pensam as seis educadoras entrevistadas sobre esta questão, ou seja, o que elas entendem por alfabetização e letramento. A

professora E2 afirma que alfabetização “é o ato de ensinar o estudante a ler e escrever”, enquanto que letramento “é a decodificação das palavras”. Nessa mesma linha de pensamento a professora F1 entende ser a alfabetização “um processo de reconhecimento do código alfabético e o seu uso social como meio de interação,” enquanto que letramento, “é o reconhecimento do aluno da escrita como função social”.

Essas respostas apresentam expressões muito vagas como “ensinar a ler e escrever” e “função social”. Caberiam aqui algumas indagações: o que é ler e escrever para esta professora? Decodificar códigos apenas? De que forma a professora F1 conceituaria a expressão “função social” empregada na definição dos dois conceitos?

É claro que aprender a ler e escrever são elementos essenciais do processo de alfabetização, mas não basta reconhecê-los como um fim em si mesmo, sem reconhecer a insuficiência desta concepção de alfabetização entendida apenas como a aprendizagem mecânica de ler e escrever. A professora F2, apesar de ser mais clara na definição de letramento dizendo ser “o estado ou condição de que se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e de escrita”, também demonstra incertezas quanto ao conceito de alfabetização quando escreve: “São conhecimentos que os estudantes já têm. Suas histórias e culturas, a maneira de ser de todas e as suas diferenças são contempladas nas mais diversas situações de aprendizagem que ocorrem. O (mesmo), planejamento do professor deve permitir a vivência de experiências, estimularem a criatividade e a imaginação, desenvolvendo as mais diversas linguagens”.

Essa resposta, pelo que se observa, não responde ao que foi perguntado de forma específica. Descreve situações que devem ser atendidas pela prática educativa de modo geral. A professora E1, por sua vez, respondeu que alfabetizar é: “O processo pelo qual todo indivíduo passa e se envolve através de suas ações ativas ou passivas, internalizando conhecimentos e criando conceitos sobre determinado assunto. Porém, esse processo não necessariamente e obrigatoriamente deve ser vivido dentro de uma instituição escolar”. Essa professora acredita que não é somente a escola o local para se alfabetizar, existem possibilidades também de se desenvolver esse processo por meio da educação não escolar. No entanto, é sabido que é a escola o melhor lugar para desenvolver o processo de alfabetização de forma mais sistemática e científica. Embora, em suas respostas, ela tenta dar maiores explicações sobre o assunto, os conceitos

também se apresentam de forma confusa e até contraditórias, pois entende que o letramento é: “O processo pelo qual o indivíduo passa primeiramente a identificar, reconhecer, conhecer, e nomear símbolos (letras) e como consequência a junção dos mesmos, quando já está na fase de percepção que tudo que pode ser falado pode ser escrito. E desta maneira, passa então a manejar a escrita propriamente dita como processo de registro. E por consequência este registro passa a ser resultado de seu conhecimento sobre algo”. (E1)

Já a professora F3 afirma que os processos de alfabetização e letramento caminham juntos de forma que um complementa o outro, escrevendo: “São processos indissociáveis, por isso, estão ligados entre si: leitura, escrita, linguagem oral, linguagem escrita, decodificação de sinais, etc. Para mim esses são processos que levam a alfabetização. No processo de alfabetização deve se enfatizar os aspectos construtivos das produções e participação do educando”. Mesmo assim, no final de sua escrita demonstra como as demais professoras, não ter clareza sobre as características próprias de cada um desses termos.

Segundo os autores que deram suporte ao referencial teórico, percebe-se que o processo de alfabetização é um momento único, onde coletivamente se pode criar, inovar e construir e de forma compartilhada pode-se ressignificar os saberes cotidianos e científicos. Por isso, está também associado ao ato de letrar.

Segundo Soares:

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita se dá simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização, e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividade de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (2003, p. 15)

Quando o processo de alfabetização se despe das roupagens tradicionais, permite aos educandos o doce sabor do desvelar do saber, aguçando curiosidades, estimulando a

descoberta, vibrando com pequenos e com grandes progressos. Por isso, o desafio que se coloca para a escola é o de alfabetizar letrando, isto é, fazer com que a criança se aproprie do sistema alfabético e ortográfico da língua, garantindo-lhe, ao mesmo tempo, plenas condições de usar essa língua nas práticas sociais de leitura e de escrita.

Para Soares, letramento é:

O resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e de escrita. É o estado ou a condição que adquire um grupo social, ou um indivíduo, como consequência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais. Apropriar-se da escrita é torná-la própria, ou seja, assumi-la como propriedade. Um indivíduo alfabetizado, não é necessariamente um indivíduo letrado, pois ser letrado implica em usar socialmente a leitura e a escritura e responder às demandas sociais de leitura e de escrita. (2003, p.16)

Neste sentido, alfabetizar é muito mais que dar aulas, é mais do que repassar conteúdos, é mais do que estar ali para atender as exigências legais do mundo escolarizado, é querer atuar neste espaço de forma interativa, é construir uma escola mais inclusiva, mais humana e solidária e querer estar no mundo e nele fazer história. No chamado modelo tradicional, a escrita é entendida como simples representação da linguagem oral, ou seja, como mera codificação da fala. Daí o processo de alfabetização escolar ficar reduzido ao ensino do código escrito, centrado na mecânica da leitura e da escrita. Geralmente estes métodos são ainda utilizados pela escola, pois de modo geral facilitam o trabalho do professor em sala de aula, por isso perguntei às professoras pesquisadas; se nessa visão de alfabetizar e letrar elas encontram algumas tipo de dificuldade.

Analisando as respostas é possível perceber que estas alfabetizadoras têm ainda resquícios dos métodos tradicionais, pois a dificuldade mais apontada em relação ao alfabetizando foi a questão da lentidão em escrever. Isso dá a entender que não são observados os princípios da alfabetização segundo a teoria de Emilia Ferreiro (1999) e nem os da perspectiva sociocultural na qual, a maioria delas afirma, em outro questionamento, ser a concepção que embasa suas práticas. Apenas a professora E2 disse ser a teoria construtivista que embasa sua prática educativa.

Além de pontuarem a dificuldade já descrita, as professoras também justificaram suas respostas com a falta de tempo para corrigir as tarefas, a imaturidade dos alunos e que cada aluno tem uma dificuldade diferente.

Essas falas confirmam a percepção de que os professores ainda conservam uma pedagogia tradicional com a alfabetização centrada no professor cuja função define-se por vigiar os alunos, aconselhá-los, ensinar a matéria e corrigi-la, pois ainda reclamam da indisciplina, da lentidão, falta de interesse. Essa visão dá a entender que o processo de alfabetização, apoia-se principalmente nas técnicas para codificar/decodificar a escrita. A escrita espontânea da criança em fase de alfabetização não é levada em conta, sendo a base do processo de alfabetização a cartilha, a qual deve ser sequencialmente seguida.

A alfabetização e o letramento em uma visão sociointeracionista só ocorrem na interação efetiva de todos os segmentos que constitui uma instituição educativa. Nesse caso, a família também é responsável pelo desenvolvimento e aprendizagem da criança, principalmente quando estamos enfatizando a necessidade de interiorização da leitura e da escrita como função social. As respostas das educadoras mostram que em nenhum momento se incluem como corresponsáveis pelo insucesso escolar dos alunos, a culpa, segundo elas, está na família, na escola ou no aluno. Não que todos não contribuam para estas dificuldades, mas enquanto equipe, enquanto educadoras acredita-se que a responsabilidade está num conjunto de fatores que se segregam para incluir ou excluir a criança em relação ao processo de alfabetizar e letrar.

A participação do professor é importante para a aprendizagem da língua escrita, pois implica, segundo Vygotsky (1989), no domínio e o desenvolvimento de funções mentais superiores, tais como a memória, a atenção, a percepção e a própria linguagem. É muito importante o papel do professor, que além de mediador do conhecimento, é aquele que planeja, organiza e propõe desafios ao aluno de modo que estes se apropriem do conhecimento.

Por isso, o desafio que se coloca para a escola é o de fazer com que a criança se aproprie do sistema alfabético e ortográfico da língua garantindo-lhe, ao mesmo tempo, plenas condições de usar essa língua nas práticas sociais de leitura e de escrita. Mas como saber qual nível de conhecimento essas crianças possuem? Perguntei às

pesquisadas a respeito do nível de aprendizagem diagnosticado no primeiro ano do ensino fundamental, dos alunos que vem da pré-escola, se é o esperado ou não. As que trabalham na educação infantil, com crianças de 4 a 5 anos, responderam com base no que pensam ou no que ouviram dizer, pois não vivem essa experiência.

Referente à pergunta, a professora E1 respondeu: “pelo depoimento de diretores e professores que recebem as crianças, a avaliação é positiva a ponto de muitos preferirem uma turma onde todas as crianças tenham passado pela pré-escola”.

Já as professoras do ensino fundamental foram unânimes em afirmar ser uma questão muito relativa. Na maioria das vezes, depende do interesse da própria criança ou da forma como a aprendizagem foi mediada pela professora anterior.

Para a professora F3: “cada criança é diferente da outra”. Não existe conhecimento pré-determinado ou acabado. Cada turma de 1º ano é diferente uma da outra, depende da mediação do professor anterior.

Segundo alguns autores lidos e apresentados no referencial teórico, a realização da avaliação diagnóstica durante as primeiras semanas do ano letivo é extremamente importante para o professor alfabetizador que atua no primeiro ano do Ensino Fundamental. Através dela, poderá conhecer os seus alunos e, a partir desse conhecimento, definir a organização de seu trabalho, considerando quais são as capacidades já dominadas e quais as que devem ser introduzidas e trabalhadas de forma sistemática, para que, ao final do ano letivo, estejam todas consolidadas. Na realização dessa tarefa, o professor precisa reunir informações sobre como e quando a criança interage com a escrita fora da escola, de que práticas culturais seus alunos participam e quais os conhecimentos e capacidades que as crianças já dominam sobre esse objeto de estudo. Enfim, esse é o momento em que os profissionais da escola precisam buscar elementos que deem suporte para sua práxis.

De acordo com o referencial teórico, a organização do trabalho de leitura e escrita pode ser iniciada já na educação infantil, considerando a experiência prévia das crianças com o mundo da escrita em seus espaços familiares, sociais e escolares. Assim, é preciso criar contextos significativos, trabalhando com temas de interesse e com o amplo mundo da escrita, que desafie as crianças a lidar com as diversidades de textos

que elas conhecem e de outros que precisam conhecer sem perder de vista os conteúdos que se pretende atingir. O professor deverá lidar com dois desafios: aproveitar a experiência que as crianças já têm com a cultura escrita, as necessidades de ler e escrever de cada turma e, também, saber que pode se organizar como professor, estabelecendo um conjunto de procedimentos que podem ser adaptados a cada contexto.

Quando indagadas, sobre a questão de iniciar a alfabetização na educação infantil, apenas a professora E1 não respondeu de forma clara sobre sua opinião a esse respeito, enquanto as demais disseram que sim.

A professora E2 respondeu: “Entendo que nossas crianças estão chegando cada vez mais cedo na escola. O professor deve estar preparado para trabalhar com a turma de acordo com o anseio e interesse da mesma. Porém não tirando o foco do lúdico”.

A Professora E3 complementou: “Desde que seja de uma maneira prazerosa sim, pois deixa a criança aprender brincando”.

Para a professora F1 “A escrita faz parte do aluno, basta respeitar suas particularidades no lúdico”.

Já a professora F2 respondeu: “A partir dos quatro anos, já se inicia o processo de alfabetização de acordo com a curiosidade do estudante, desde que não seja algo forçado.”

E a professora F3 concluiu: “Quando as crianças ingressam na escola, trazem uma farta bagagem de conhecimento que deve ser indagado”. É a fase da curiosidade, da criatividade, melhor momento da memorização a ser aproveitado, ao máximo, de forma dinâmica e prazerosa.

Observa-se aqui uma diferença entre as respostas das professoras de educação infantil e as do ensino fundamental, pois as segundas dão mais ênfase na confirmação de que a pré-escola deve dar início ao processo de alfabetização, enquanto as primeiras respondem de forma mais genérica sem darem uma justificativa mais coerente. Importante é perceber que a maioria delas ressalta a necessidade do lúdico nesse processo.

Alfabetização é a base de todo o processo de ensino aprendizagem, podendo ser iniciado já na educação infantil. Para tanto, as escolas e as instituições de educação infantil devem dialogar entre si para falarem a mesma linguagem e refletirem sobre a complexidade desse processo.

Quando questionadas sobre ter ou não dificuldade em dar continuidade ao processo iniciado na pré-escola, as professoras E2 e F2 simplesmente disseram “não” e as outras se manifestaram deste modo:

E1 – Não poderia responder esta questão de maneira exata pelo fato de nunca ter passado pela experiência, porém creio que seria maravilhoso continuar o trabalho de letramento e alfabetização pela forma com que saem da pré-escola

E3 – Não, nunca encontrei essa dificuldade.

F1 – dificuldades existem em qualquer série e são inúmeras, no entanto no primeiro ano é a maturidade e a falta de reconhecimento do alfabeto.

F3 - Não, porque procuro primeiro conhecer bem a turma que estou recebendo. Procuro adaptá-la as regras de convivência em grupo e quando conheço suas necessidades, capacidades e desejos, desenvolvo minhas aulas para aproveitar essas características o máximo possível.

Diante dessa resposta, pode-se inferir que a professora F3 procura evitar ou superar a ruptura que pode existir entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, deixando a entender que cabe mais aos professores e à escola evitá-la.

Tal fragmentação pode ocorrer porque em muitos casos se abandona as atividades lúdicas e os alunos passam a trabalhar individualmente em carteiras enfileiradas. Não há dúvida de que a ludicidade contribui para melhor promover o desenvolvimento das capacidades cognitivas, procedimentais e atitudinais que se deseja serem construídas pelas crianças nessa faixa etária. Mas isso não significa deixar de propor um trabalho pedagógico estruturado para crianças que antes aprendiam brincando. Neste sentido é importante planejar os momentos de brincadeiras, de histórias e de trabalho com outras linguagens, juntamente com a aprendizagem da leitura e da escrita.

Ao receber as crianças de seis anos nas salas de aula do Ensino Fundamental, a escola precisa considerar que essa criança já é um falante da língua e que, por isso, já está inserida numa comunidade e faz determinado uso dessa língua. Partindo daquilo que ela já sabe dos conhecimentos que já construiu, das capacidades que já desenvolveu, o professor como mediador e desafiador do processo, deve planejar atividades de modo a contribuir com seu processo de aprendizagem. Para o processo de alfabetização e letramento se tornar mais significativo. As professoras pesquisadas também falaram sobre as atividades que mais desenvolvem em suas aulas. A professora E1 diz que “na pré-escola, (minha experiência) é com lúdico”. Por tudo o que já se refletiu, não há dúvida de que aprender brincando é muito mais interessante, prazeroso e significativo.

Oliveira (1998) chama a atenção para a importância do jogo imaginário e as possibilidades de ser usado para facilitar a aquisição da linguagem, tanto oral como escrita, sendo que, para isso acontecer, deve existir um paralelo entre a linguagem e a ação que envolve relação entre dois modos de atuar, o lúdico e o linguístico. Outras professoras chamam atenção para o fato de utilizarem atividades com textos lúdicos para que a criança se interesse mais.

E2 – “Construção e reconstrução de texto, usando recursos visuais como alfabeto, rótulos de produtos e números concretos.”

E3 – “Eu gosto muito de trabalhar com textos, recursos e objetos, jogos e brincadeira. Através do lúdico o aluno assimila muito mais o que está aprendendo.”

F1 – “O que lhes dão prazer: música, poemas dramatização, etc.”

F2 – “Desenvolver projetos de leitura, envolvendo curiosidade e prazer como o da “Mala Viajante”, ficha de leitura, recortes de revistas, jogos, ditados de figuras e leituras dos mais variados tipos de textos”.

F3 – “As músicas, jogos e brincadeiras. Devemos respeitar a idade das crianças nessa fase lembrando que é mais prazeroso aprender brincando.”

Trabalhar alfabetização por meio de jogos é possibilitar que as crianças façam determinadas abordagens do sistema, como as relações entre sons e letras, o

reconhecimento do alfabeto ou mesmo de palavras. Permite que sejam trabalhadas situações desafiadoras e lúdicas, sem recorrer a exercícios repetitivos de memorização e análise. O cotidiano da escola é rico em situações em que a escrita e a leitura são necessárias e fazem sentido. Trabalhar atividades significativas, lúdicas, de pesquisa literária é imprescindível para que a criança compreenda a abordagem dos aspectos formais do sistema de leitura e escrita. Algumas atividades devem ser previstas para desenvolver atitudes e valores nos alunos em relação à leitura, como gostar de ler livros diversificados, frequentar bibliotecas, valorizar a leitura como fonte de entretenimento, cuidar dos livros e demais materiais escritos, bem como, procurar informações em jornais e revistas.

Nesse contexto, letrar é mais que alfabetizar, visto que a alfabetização se desenvolve em um contexto de letramento com o início da aprendizagem da escrita, com o desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais. Alfabetizar letrando é ensinar a ler e escrever o mundo, ou seja, no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, tendo em vista que a linguagem é um fenômeno social.

3 CONCLUSÕES

Ao encerrar esta pesquisa fica claro o quão difícil é o processo de alfabetização, principalmente quando se trata da compreensão do mesmo e seu desenvolvimento na educação infantil e no ensino fundamental. Há muita contradição por parte dos sujeitos envolvidos nesse processo, especialmente por parte das professoras pesquisadas. Sugere-se que alguns professores repensem sua práxis, seu papel, suas metodologias e se coloquem enquanto ator do processo juntamente com seus alunos. É preciso investir num desenvolvimento interativo, criativo e lúdico, incluindo a habilidade de aprender a ouvir opiniões diferentes e a contra argumentar, estabelecendo comparações objetivas entre textos diferentes e as diversas maneiras de utilizar a escrita socialmente. É necessário também favorecer a troca de experiências, tendo em vista o desenvolvimento de valores como cooperação e reciprocidade. Lembra-se aqui, que o objetivo desta pesquisa foi compreender se existe uma continuidade no processo de alfabetização e letramento quando a criança conclui a pré-escola e ingressa no 1º ano do ensino fundamental e se constatou que ainda existem algumas dificuldades. No entanto, já há

indícios que demonstram mudanças nesse processo, tais mudanças mais positivas do que negativas, segundo as falas das professoras pesquisadas. Porém essa continuidade no processo de alfabetização e letramento necessita ser mais bem compreendida, pois a maioria das professoras envolvidas na pesquisa, afirma que suas práticas estão embasadas na concepção histórico-cultural, no entanto, em outros momentos do questionário usam expressões que contradizem essa afirmação.

A questão que se levanta é: de que maneira elas operacionalizam esse processo nas aulas? Isso demandaria aprofundar mais a pesquisa, visando a uma compreensão muito maior desse tema tão relevante na vida escolar das crianças. Defendo a opinião de que é preciso proporcionar à criança a oportunidade de expor suas ideias, enfatizando o processo dialógico, e a partir desta interação, compreender o funcionamento social da linguagem e da escrita. É necessário ainda, reconhecer que na relação com o meio e com o lúdico, de forma especial, as crianças possuem muitas formas de internalizar os conhecimentos necessários.

Fica o convite aos profissionais da educação, especialmente os que trabalham com a alfabetização, a buscarem aperfeiçoamento nessa área tão complexa, mas rica em sentido e significado para a educação.

REFERÊNCIAS

BARRETTO. Elba Siqueira de Sá. **Estudos sobre ciclos e progressão escolar no Brasil: uma revisão.** Educação. Pesquisa. v.30, n.1, São Paulo: jan./abr. 2004.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases. Disponível em. <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75723>>. Acesso em: 28/10/2019.

BRASIL. **Lei Nº 11.114, de 16 de maio de 2005.** Lei de Diretrizes e Bases. Disponível em. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm> . Acesso em: 10/10/2019.



BRASIL. **Lei Nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006.** Lei de Diretrizes e Bases. Disponível em. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm . Acesso em: 10/10/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>. Acesso em: 21/09/2019.

FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em processo.** São Paulo: Cortez, 1999.

MONTE, Jaime Bezerra do. **Psicologia II.** Florianópolis: UDESC/CEAD, 2004.

OLIVEIRA, Z.M.R., (1998). **Jogo de papéis:** Uma perspectiva para análise do desenvolvimento humano. Tese de Doutorado, USP-SP.

REGO, Tereza Cristina. Vygostky: **uma perspectiva histórico-cultural da educação.** Petrópolis: Ed.Vozes, 1999.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.